

Cochilo muda projeto e atrasa votação

Ao enviar ao Congresso Nacional, com pedido de urgência, um projeto de lei sobre negociação coletiva de trabalho o Governo pretendia pôr fim à discussão de políticas salariais. No projeto estabelecia normas para negociação entre patrões e empregados, esvaziando consideravelmente o papel dos sindicatos dos trabalhadores e as convenções coletivas. Enquanto se discutia a legitimidade do esquecido fórum de debates para sediar as discussões, a Comissão do Trabalho da Câmara terminou por concluir a

elaboração de dois projetos de lei sobre uma nova política salarial em que propunha a indexação dos salários e sobre o salário mínimo que elevava, na época, para cerca de Cr\$ 47 mil.

Na semana passada, um outro substitutivo da proposta de negociação coletiva de salários, agora desmembrada, entrou na ordem do dia e, por descuido dos líderes governistas e do PMDB, chegou a correr o risco de ser aprovada. O substitutivo — que mudava muito do texto original — era de autoria, também, da Comissão do

Trabalho e não excluía o outro projeto de política salarial. De preferência o mesmo já aprovado na comissão e que hoje se encontra “na geladeira” da Comissão de Justiça.

A saída do Governo foi retirar a urgência da negociação coletiva e adiar a votação por cinco sessões. Como já está na ordem do dia, não poderá sair, mas os líderes poderão adiar *sine die* sua apreciação. A saída da oposição, então, é votar os dois projetos da Comissão do Trabalho de política salarial e salário mínimo.